

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.823 - RJ (2019/0154020-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA
ADVOGADOS : SAMUEL DAVID DE ALCÂNTARA PRAZERES - RJ047421
NEWTON JOSÉ FERNANDES ARAGÃO - RJ140627
THIAGO SANTOS ALVES DE SOUSA - RJ151212
AGRAVADO : JORGE BRITO DE SOUSA ROSA
ADVOGADOS : JORGE BRITO DE SOUSA ROSA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
RJ172507
THEO MOREIRA - RJ101753
HELOISA METZGER ROSA - RJ152080

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. RECUSA INDEVIDA. ABUSIVIDADE. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

JORGE BRITO DE SOUSA ROSA (JORGE) ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA. (OPERADORA), em decorrência da recusa indevida para a cobertura de transplante de fígado.

O Juízo de Piso julgou improcedente o pedido inicial e revogou a antecipação de tutela anteriormente concedida (e-STJ, fls. 616/618).

Em seguida, JORGE interpôs o recurso de apelação, provido pelo Tribunal de origem, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. AUTOR QUE NECESSITA DE TRANSPLANTE DE FÍGADO. RECUSA DA OPERADORA A CUSTEAR O PROCEDIMENTO. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA QUE EXCLUI TRATAMENTO QUE SE MOSTRA NECESSÁRIO À MANUTENÇÃO DA VIDA DO CONSUMIDOR. ROL DA ANS QUE APENAS INDICA OS EXAMES, TRATAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COBERTURA MÍNIMA OBRIGATÓRIA PELOS PLANOS DE SAÚDE. VIOLAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA E DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. OBRIGAÇÃO DE AUTORIZAR A CIRURGIA. PACIENTE QUE PRETENDE REALIZAR O TRANSPLANTE FORA DA REDE CREDENCIADA. PARA QUE O USUÁRIO TENHA DIREITO À COBERTURA DE DESPESAS

MÉDICO-HOSPITALARES POR PROFISSIONAIS E ENTIDADES EXCLUÍDAS DA LISTAGEM CONVENIADA, SE REVELA IMPOSITIVA A CONJUGAÇÃO DA SITUAÇÃO DE URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA COM A IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA REDE CREDENCIADA AO PLANO. JURISPRUDÊNCIA UNÍSSONA DO STJ. OPERADORA DE SAÚDE QUE SOMENTE INDICA HOSPITAL APTO A REALIZAR O TRANSPLANTE APÓS O DEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, QUANDO O AUTOR JÁ SE ENCONTRAVA NA QUARTA POSIÇÃO DE RECEPTORES. IMINÊNCIA DA CIRURGIA QUE ATRAI O CARÁTER EMERGENCIAL DO PROCEDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA REDE CREDENCIADA, POR NÃO HAVER TEMPO HÁBIL PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES PRÉ-OPERATÓRIOS E INCLUSÃO DE NOVO CADASTRO NO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES POR OUTRA EQUIPE MÉDICA. REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO-SE A RÉ A ARCAR COM AS DESPESAS HOSPITALARES E HONORÁRIOS MÉDICOS DE TODA A EQUIPE QUE ATENDEU O AUTOR. PROVIMENTO DO RECURSO (e-STJ, fl. 692)

Os embargos de declaração opostos pela OPERADORA foram rejeitados (e-STJ, fls. 705/12).

Inconformada, a OPERADORA interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando, em síntese, violação dos arts. 10, §4º, 12, VI, e 16 da Lei nº 9.656/98 e art. 4º, III, do CDC e dissídio jurisprudencial, pois (1) não estaria legal e contratualmente obrigada ao custeio do transplante de fígado; e (2) não deve ser obrigada a suportar despesas fora da rede credenciada (e-STJ, fls. 800/805).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 771/797).

O apelo nobre não foi admitido em virtude da incidência das Súmulas nºs 5, 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 800/805).

Irresignada, a OPERADORA interpôs agravo em recurso especial, sustentando que houve a demonstração da divergência jurisprudencial, bem como ofensa aos dispositivos de lei federal. Afirmou que não há que se falar em revolvimento de fatos e provas e, no mais, repisou as razões contidas no especial (e-STJ, fls. 837/869).

Foi apresentada a contraminuta (e-STJ, fls. 875/884).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foram interpostos na vigência do NCPD, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de

admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Na espécie, o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada, pois a OPERADORA não refutou, de forma arrazoada, a incidência dos óbices sumulares.

Em suma, a OPERADORA limitou a renegar genericamente o motivo apresentado pelo julgado impugnado, afirmando que o Tribunal *a quo* colacionando julgados sem demonstrar efetivamente que a conclusão do Tribunal local não está consonância com o entendimento desta Corte Superior. Portanto, deixou de evidenciar a inadequação da fundamentação adotada.

Esta Corte entende que, ***não basta, para afastar o óbice da Súmula nº 83/STJ, a alegação genérica de que o acórdão recorrido não está em consonância com a jurisprudência desta Corte, devendo a parte recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência desta Corte, com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada*** (AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

No que pertine à aplicação das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ, na hipótese em que se pretende impugnar, em agravo no recurso especial, a incidência dos referidos óbices, a OPERADORA deveria ter demonstrado, de forma efetiva, que a alteração do entendimento manifestado pela Corte estadual independe do reexame do conjunto fático-probatório e das cláusulas contratuais. Não basta afirmar que não há que se falar em revolvimento de fatos e provas.

De acordo com a jurisprudência desta Corte Superior e em obediência ao princípio da dialeticidade, exige-se do recorrente o desenvolvimento de argumentação capaz de demonstrar a incorreção dos motivos nos quais se funda a decisão agravada, técnica ausente nas razões dessa irresignação.

De fato, *à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos,*

deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 26/11/2008).

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente o fundamento da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 932, III, do NCPC.

A propósito, veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SEM MENÇÃO EXPRESSA AO NÚMERO DO ENUNCIADO DA SÚMULA. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. LUGAR DO FATO. REPRESENTAÇÃO PERANTE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

1. Para a satisfação do princípio da dialeticidade, as razões do recurso devem demonstrar o desacerto dos fundamentos da decisão recorrida, independentemente de rígidas formalidades. Assim, não basta, meramente, alegar que não incide a súmula 83, se não houver demonstração de que a jurisprudência do STJ não está consolidada no sentido da decisão recorrida. O princípio é atendido, todavia, mesmo não sem a alegação expressa de não incidir a súmula 83, mas sendo demonstrado que a jurisprudência do STJ conforta a tese da parte recorrente.

2. [...]

3. Agravo interno provido. Acolhimento da exceção de incompetência.

(AgInt no AREsp 1.106.545/MA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 22/5/2018, DJe 15/6/2018 – sem destaque no original)

Nessas condições, nos termos do art. 932, III, do NCPC, NÃO CONHEÇO do agravo.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios sucumbenciais fixados em desfavor da OPERADORA nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

